

O que Lula deve esperar de Xi

Nos últimos anos, relação entre Brasil e China avançou pouco em substância

Igor Patrick

Jornalista, mestre em Estudos da China pela Academia Yenching (Universidade de Pequim) e em Assuntos Globais pela Universidade Tsinghua

Nos próximos dias, o chanceler Mauro Vieira deve embarcar para Pequim com a missão de preparar a visita de Lula ao seu homólogo Xi Jinping em março. As ambições para a ocasião são muitas. Em entrevistas, Vieira já adiantou que o Brasil quer abordar temas que vão do aumento na produção conjunta de satélites a estratégias para proteção ambiental e alívio à pobreza, além de trocas comerciais. Há motivos para a expectativa.

A China é o principal parceiro comercial brasileiro desde 2009, e o Brasil é o maior destino de seus investimentos no mundo. Pequim tem aqui uma “parceria estratégica” —chancela dada a um punhado de nações que consideram relevantes em seu engajamento internacional. Ademais, Lula na Presidência representa uma normalização nas relações, que, se não sofreram no lado comercial durante a era Bolsonaro, certamente saíram arranhadas após de-

clarações xenofóbicas e brigas em redes sociais puxadas por apoiadores próximos ao ex-presidente contra os chineses. O governo precisa saber com clareza o que esperar dos chineses, assim como Pequim sabe quais os benefícios da relação —o Brasil é crucial para sua segurança alimentar, e as dimensões continentais com marcos regulatórios razoavelmente amadurecidos torna o país atrativo a investimentos em infraestrutura. Por aqui, acostumamo-nos a

insistir em temas sem urgência para os liderados por Xi. Vieira já disse que pretende outra vez pedir à China apoio mais explícito à mudança do status do Brasil para membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, pauta que perdeu força na diplomacia chinesa e foi impactada pelo isolamento promovido pela chefia inepta de Ernesto Araújo no Itamaraty. O novo chanceler também quer falar sobre diversificação da pauta comercial, muito con-

centrada na exportação de commodities e de produtos de baixo valor agregado. Cadeias de produção, entretanto, são complementares, e há pouco da produção industrial brasileira que os chineses careçam no momento. Bater nessas teclas parece um reflexo de uma relação que avançou em números, mas muito pouco em substância. O Brasil aproveita mal vários dos canais abertos pela China para engajamento em alto nível. A Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (Cosban), plataforma política de maior relevância no trato com Pequim, carece de efeitos práticos há anos. Lula talvez consiga reverter o quadro, mas até no Brics a presença do país é tímida, e o Brasil pouco se empenha para tornar o Fórum de Macau, criado para engajamento com países lusófonos, um

espaço de debates importantes. Há caminhos para um salto na relação com os chineses, mas para encontrá-los é urgente ampliar o conhecimento sobre o país no Instituto Rio Branco, capacitando diplomatas para identificar oportunidades. Nas universidades, estamos muito atrás do Norte global. Há pouquíssima oferta de Letras —mandarim e nenhum curso de graduação em Estudos da China, área tradicional da academia estrangeira e essencial para a formação de uma comunidade acadêmica de sinólogos com sangue novo e capazes de responder aos dilemas globais oriundos da ascensão do gigante asiático. Não são problemas que se resolvem rapidamente, mas seria bom que Vieira e Lula se ocupassem deles a fim de usufruir do bom trânsito em Pequim para avançar agendas próprias.

| DOM. Sylvia Colombo | SEG. David Wiswell | QUI. Lúcia Guimarães | SÁB. Igor Patrick



O líder chinês, Xi Jinping, recebe o presidente iraniano, Ebrahim Raisi, em Pequim Yan Yan/Xinhua

Irã tenta usar duelo China e EUA para driblar sanções

Teerã se solidifica como aliado do bloco oriental puxado por Pequim

Guilherme Botacini

SÃO PAULO Na viagem que fez nesta semana a Pequim para se encontrar com o líder chinês, Xi Jinping, o presidente do Irã, Ebrahim Raisi, tinha duas tarefas. Por um lado, refor-

çar os acordos assinados entre ambos os países, sobretudo um pacto de investimentos de 25 anos. Do outro, reatar eles, já que em dezembro Xi se reuniu em Riad com rivais regionais de Teerã —Arábia Saudita à frente—, numa cúpula

definida pelos chineses como “esplêndido capítulo de solidariedade, assistência mútua e cooperação ganha-ganha”. O comunicado conjunto após o encontro defendeu a reivindicação dos Emirados Árabes Unidos sobre três ilho-

tas no estreito de Hormuz, disputadas desde 1971 pelo Irã, e a necessidade de Teerã cooperar com a Agência Internacional de Energia Atômica, supervisora do pacto para limitar seu programa nuclear. O regime persa não ficou

feliz com o que chamou de “alegações sem base” e convocou o embaixador chinês para expressar insatisfação, mas não teve muito mais o que fazer diante de seu maior parceiro comercial e uma das poucas nações que desafiavam as sanções americanas ao petróleo e ao gás iranianos. Os movimentos chineses de dezembro passado e agora acontecem a despeito dos incômodos gerados regionalmente e até internos no Irã, reflexo da política externa pragmática de Pequim. Segundo Rodrigo Amaral, professor de Relações Internacionais da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), elites políticas iranianas têm criticado o governo pelo que entendem como subserviência à China. “Bastante isolado do sistema internacional, o Irã não tem muitas opções. A visita de Raisi demonstra a compreensão do regime iraniano de que não há outra saída além de se aproximar dos chineses”. A rivalidade com sauditas e outras monarquias do golfo é histórica. Ganhou força com a revolução de 1979, diante do medo dos vizinhos de que a ebulição política fosse exportada, foi ampliada com o apoio de Teerã a grupos políticos no Iraque e no Iêmen e tomou novos contornos com os Acordos de Abraão, em 2020, quando Bahrein e Emirados Árabes passaram a reconhecer Israel como Estado. Para Andrew Traumann, professor de história das relações internacionais no Centro Universitário Curitiba e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Oriente Médio, a Arábia Saudita não deve tardar a entrar nesse grupo. “Está se formando um bloco em que o Irã é o grande inimigo do mundo árabe, ao contrário do que ocorre historicamente com Israel, o grande inimigo do mundo muçulmano em geral”, afirma ele. Para além do Oriente Médio, esse isolamento tem origem principalmente nas sanções impostas por países oc-

dentais, em particular os Estados Unidos, em punições que datam desde a década de 1980 e que se intensificaram depois de 2018, quando o então presidente americano Donald Trump decidiu deixar o acordo nuclear assinado três anos antes com outros cinco governos além de Washington e Teerã, incluindo China e Rússia, o que fez com que as expectativas do fim do embargo se dissipassem. Essa situação mantém, entre vaivéns, tudo como era antes: alvo de sanções, o Irã segue enriquecendo urânio e expandindo seu programa nuclear enquanto a negociação não anda, embora o pacto ainda esteja tecnicamente em vigor e exista alguma fiscalização por parte da agência da ONU responsável pelo tema. No início deste mês, a Agência Internacional de Energia Atômica criticou Teerã por mudanças não declaradas em centrífugas para enriquecimento de urânio com até 60% de pureza na usina de Fordow, patamar considerado pelo órgão próximo do necessário para produção de armas nucleares. Os protestos no Irã após a morte da curda Mahsa Amini, em setembro, já são muito menores desde que foram reprimidos pelo regime, com execuções e prisões, e compõem o argumento de Washington para manter as sanções, embora o regime iraniano já trate o que chama de “revoltas” como página virada. O resultado prático atual do embargo é a busca do Irã por parceiros comerciais que tenham interesse em desafiar as punições, o que significa a integração de Teerã à zona de influência desses países em meio à Guerra Fria 2.0. O caso mais recente é a entrada do país na Organização de Cooperação de Xangai, grupo de segurança asiático liderado pela China, prevista para se tornar oficial ainda no primeiro semestre. “Tudo que gera algum tipo de clivagem é bom para o Irã, porque é um desafogo para o seu isolamento”, diz Amaral.

Pequim anuncia vitória contra Covid, mas dados geram dúvidas

SÃO PAULO A China declarou nesta sexta (17) o fim oficial do pico de casos de Covid no país. O anúncio, divulgado pelo Comitê Permanente do Politburo após reunião a portas fechadas, é feito cerca de três meses após o relaxamento da política de contenção do vírus que resultou em cenas de caos no sistema de saúde. O anúncio foi alçado à manchete do jornal Global Times, alinhado ao Partido Comunista Chinês: “China alcança enorme e decisiva vitória contra a epidemia de Covid”. Segundo o texto, o gigante asiático não só superou a doença,

“um milagre na história da civilização humana” dado o seu contingente populacional, como manteve as menores taxas de mortes em decorrência do coronavírus no planeta. Para especialistas, porém, a divulgação faz ressurgir questões até hoje sem resposta sobre o real impacto do vírus no país. Uma das perguntas é o total de mortes causadas pela Covid desde o início da pandemia. O texto do Global Times não faz alusão ao número, optando em vez disso por registrar a quantidade de mortes entre 8 de dezembro e 9 de fevereiro, de 83 mil, de acordo com

o Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC). A cifra contrasta com a estimativa de 1,4 milhão de óbitos por Covid no mesmo período enviada pela Airfinity, empresa de dados britânica, a pedido da Folha —e com outras projeções, que estimavam entre 1 milhão e 1,5 milhão de mortes decorridas da doença após o pico de infecções. Uma série de fatores pode explicar essa diferença entre esses números. Um deles é que a cifra oficial chinesa de mortes só contabiliza aquelas ocorridas em hospitais. A título de comparação, en-

tre 2018 e 2020, cerca de 80% de todas as mortes na China se deram em domicílios. Além disso, logo após o fim da política de Covid zero, o regime impôs uma metodologia que determinava que só mortes decorridas de pneumonia ou insuficiência respiratória seriam contabilizadas como relacionadas ao vírus, o que excluiu óbitos vinculados a falência hepática, renal ou cardíaca, por exemplo. Ainda há suspeitas sobre a confiabilidade dos dados sobre a doença que são de fato registrados pelo regime. A Organização Mundial da Saúde (OMS) alertou, no início deste ano, para uma subnotificação generalizada dos casos do vírus no país, fosse em termos de mortes ou de internações hospitalares e em UTIs —Pequim deixou de enviar relatórios à organização

no início de dezembro. Por fim, o panorama registrado pela mídia local e estrangeira ao fim das restrições foi de desordem, com hospitais lotados, funcionários trabalhando doentes e uma alta não totalmente explicada na demanda de serviços funerários. O Global Times descreve um cenário bem diferente disso e afirma que a transição para a abertura foi “acertada e suave”. Especialistas citados pelo jornal estatal afirmam que a declaração da cúpula do Partido Comunista marcaria o fim oficial da pandemia no país. Com Reuters e The New York Times

83 mil é o número oficial de mortes por Covid na China entre 8 de dezembro e 9 de fevereiro

1,4 milhão é a estimativa de mortes para o período segundo a Airfinity